

MINISTRO EDSON FACHIN
DESEMBARGADOR CARLOS HENRIQUE ABRÃO
PROFESSOR RUBENS EDMUNDO REQUIÃO
COORDENADORES



O MODERNO DIREITO EMPRESARIAL NO SÉCULO XXI

Estudos em homenagem ao
centenário de Rubens Requião

AUTORES

ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES NETO	EROS ROBERTO GRAU
ANGÉLICA ARRUDA ALVIM	JORGE LOBO
ARNALDO RIZZARDO	LUIZ EDSON FACHIN
ARNALDO RIZZARDO FILHO	LUIZ INÁCIO VIGIL NETO
ARNOLDO WALD	LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA
ARTHUR MIGLIARI JÚNIOR	MARCOS WACHOWICZ
BRUNO MIRAGEM	NEWTON DE LUCCA
CARINE RIZZARDO	RAFAEL CAMPOS SOARES DA FONSECA
CARLOS ALBERTO FARRACHA DE CASTRO	RAQUEL SZTAJN
CARLOS HENRIQUE ABRÃO	RENATA MOTA MACIEL DEZEM
CARLOS ROBERTO CLARO	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
EDUARDO ARANHA FERREIRA	RUBENS EDMUNDO REQUIÃO
EDUARDO ARRUDA ALVIM	RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR
ERONIDES APARECIDO RODRIGUES DOS SANTOS	SANDRO MANSUR GIBRAN

GZ
EDITORA

Rio de Janeiro
2018

1114118

O FACTORING NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ricardo Villas Bôas Cueva

INTRODUÇÃO

A despeito de sua importância econômica para o financiamento das atividades empresariais, o *factoring* ainda não recebeu no Brasil, a exemplo do que ocorre em vários países, disciplina legal adequada. Daí a especial relevância da doutrina e da jurisprudência para a definição dos contornos do instituto.

É certo que a Lei nº 8.981/1995, ao tratar da incidência de imposto de renda, definiu-o, em seu art. 36, XV, como a “prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (*factoring*)”, mas o dispositivo foi revogado, encontrando-se a mesma definição no art. 15, § 1º, III, “d”, da Lei nº 9.249/1995, ainda em vigor.

A lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, que enumera os serviços sobre os quais incide o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) refere-se ao *factoring* nos itens 10.04 e 17.23, que alude ao serviço de “assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (*factoring*)”.

Vários projetos de lei foram submetidos ao Congresso, dentre eles o que trata do novo Código Comercial, mas não foram até o momento aprovados.

Na doutrina, o *factoring* é caracterizado como contrato atípico, que pressupõe uma cessão de créditos, sem se limitar a ela, pois envolve a prestação de serviços. Assim, “tanto a efetiva prestação de serviços pelo faturizador, quanto a assunção do risco de insolvência dos créditos cedidos são elementos essenciais do contrato. Ausentes tais aspectos, o negócio jurídico realizado pelas partes pode ser ainda válido, mas de *factoring* não se trata”. O *factoring* distingue-se do desconto bancário em dois pontos: “i) a responsabilidade sobre o pagamento dos créditos, que permanece com cedente – no desconto, há direito de regresso contra o cedente, que inexistente no *factoring*; ii) a prestação de serviços ao credor original, que não existe na operação de desconto”.¹

1 Ivo Waisberg, “Factoring”, in Contratos Mercantis, Coord. Modesto Carvalhosa, São Paulo, RT, 2016 (Coleção Tratado de Direito Empresarial, v. 4, pp. 227-237).

No presente artigo procura-se, singelamente, comentar precedentes do STJ nos quais algumas das principais questões acerca do fomento mercantil são debatidas, a saber, a natureza da atividade de *factoring*, a aplicabilidade do CDC, a possibilidade de pedido de falência com base em nota promissória emitida em decorrência de contrato de *factoring*, a oponibilidade de exceções pessoais à faturizadora e a inexistência de direito de regresso da faturizadora perante a faturizada. No último tópico, aborda-se acórdão da Quarta Turma, da lavra do Ministro Luis Felipe Salomão, no qual se admite entendimento divergente da jurisprudência pacificada nessa Corte, no sentido de que o *factoring* possa se valer dos direitos assegurados pelo direito cambiário, sem descaracterizá-lo.

NATUREZA DA ATIVIDADE

A natureza da atividade de fomento comercial foi bem definida no REsp nº 119.705/RS, rel. Min. Waldemar Zveiter, onde sedimentou-se que o *factoring* não pode ser confundido com a atividade típica das instituições financeiras, pois seus negócios não comportam direito de regresso, nem aval ou endosso. Não se aplicam às empresas de *factoring* os juros permitidos às instituições financeiras, sendo certo que somente estas, que dependem de autorização governamental para intermediar recursos, podem efetuar empréstimos ou descontos, a teor do art. 17 da Lei nº 4.595/1964.

O *factoring*, diz o voto condutor, é contrato comercial atípico, “praticado por empresas comerciais que, nessa cessão de crédito, não têm direito de regresso contra o cedente. Enfim, trata-se de contrato por meio do qual um comerciante cede a outrem os créditos correspondentes às suas atividades, total ou parcialmente, recebendo, em contra-partida, remuneração consistente em desconto sobre os respectivos valores”.

Em seu voto-vista, o Min. Menezes Direito ressalta que a operação de *factoring* “está diretamente relacionada com a compra de títulos para cobrança. Dá-se, na verdade, uma transferência do título emitido pela vendedora para a empresa de *factoring*, pagando esta o valor do título, descontada uma certa quantia, que é a remuneração pela transação”. Não há falar, portanto, em juro, mas em preço.

O voto-vista relembra estudo de Newton de Lucca, de 1986, que trata da Circular nº 703/1982, do Banco Central do Brasil, a qual excluía do sistema financeiro o **maturity factoring** – modalidade que não comporta financiamento da atividade mercantil, mas sua gestão –, enquanto considerava que o **conventional factoring** configuraria atividade privativa de instituição financeira.

Também se encontra no voto-vista a lição de Arnaldo Wald, para quem, com o tempo, o Banco Central passou a admitir que “tais operações não eram necessariamente de natureza financeira, dentro dos limites em que a empresa de *factoring* não captava recursos de depositantes”.

Anota-se, ainda, que a Lei nº 8.981/1995 definiu *factoring* como “a prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de conta a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços” (art. 28, § 1º, alínea “c”, item 4).

Em outro julgado importante, a Terceira Turma do STJ decidiu, no REsp nº 489.658/RS, rel. Min. Barros Monteiro, que a taxa de juros cobrada por empresas de *factoring*, por não integrarem o Sistema Financeiro Nacional, deve obedecer à limitação prevista no art. 1º do Decreto nº 22.626/1933. Entendeu-se também ser descabida a cobrança de comissão de permanência e da capitalização mensal dos juros.

Já no REsp nº 623.691/RS, rel. Min. Cesar Asfor Rocha, concluiu a Quarta Turma do STJ que a empresa de *factoring* deve obedecer aos limites traçados pela lei da usura, quanto à taxa de juros e aos juros moratórios, ainda que seja vinculada a instituição financeira.

No REsp nº 1.048.341/RS, rel. Min. Aldir Passarinho, ficou assentado que, “inexistindo pedido ou recurso, é vedado ao órgão julgador conhecer de ofício de questão referente a direito patrimonial, a saber, a descaracterização do contrato de ‘*factoring*’, que deve ser excluída do âmbito do julgado, conforme pacificado pela e. Segunda Seção, quando do julgamento do REsp nº 541.153/RS, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, unânime, julgado em 08.06.2005, DJU de 14.09.2005”.

APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Quanto à incidência do Código de Defesa do Consumidor aos contratos de *factoring*, vale destacar o REsp nº 329.935/MG, rel. Min. Menezes Direito, no qual se distingue tais contratos dos contratos de financiamento entre a empresa faturizadora e o adquirente do bem. Veja-se a ementa:

“Código de Defesa do Consumidor: artigos 3º, § 2º, e 6º, V. Factoring. Contrato de financiamento entre a empresa faturizadora e a adquirente do bem. Reajustamento pela variação cambial. Precedente da Corte.

- 1. O contrato de financiamento entre a empresa faturizadora e a adquirente do bem, distinto do contrato de **factoring**, está alcançado pelo art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.*
- 2. A brusca variação da cotação do dólar, na oportunidade de que cuida o presente feito, configura fato superveniente forte o suficiente para provocar a incidência do art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor, configurada a onerosidade excessiva.*
- 3. Recurso especial não conhecido.”*

O relator reconhece que a

“(...) construção apresentada é engenhosa. De fato, na faturização existe mesmo uma administração de créditos, uma relação entre o factor e a empresa faturizada. Há, portanto, um verdadeiro contrato de serviço entre as duas empresas. Ocorre que se o contrato de faturização se dá entre a faturizadora e o empresário, faturizado, casos há em que, nitidamente, outra relação jurídica nasce entre a empresa faturizadora e o adquirente do bem, o qual passa a responder pela dívida perante a empresa faturizadora que,

por seu turno, responde pelo contrato de financiamento àquele. Tanto assim é que o contrato, dito de assunção parcial de dívidas e obrigações, novação e outras avenças é feito diretamente entre a empresa de faturização e o devedor adquirente, que recebe o financiamento daquela para pagamento de acordo com o contratado”.

Também destacou que

“(...) a relação entre a empresa de factoring e a faturizada configura serviço de administração de crédito e outros. Todavia, a faturizadora pode, como no caso, e tal é inquestionável, realizar um contrato de financiamento com a adquirente do bem, distinto, portanto, do contrato de factoring propriamente dito. É uma outra relação jurídica e nesta há, de fato, contrato de financiamento, com indicação de reajuste de parcelas. E este contrato de financiamento entre a faturizadora e a compradora do bem configura uma relação de consumo, provocando a incidência do art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor”.

Por outro lado, no REsp nº 938.979/DF, rel. Min. Luis Felipe Salomão, foi afastada a aplicação do CDC diante da verificação de que a

“(...) recorrida não é destinatária final, tampouco se insere em situação de vulnerabilidade, porquanto não se apresenta como sujeito mais fraco, com necessidade de proteção estatal, mas como sociedade empresária que, por meio da pactuação livremente firmada com a recorrida, obtém capital de giro para operação de sua atividade empresarial, não havendo, no caso, relação de consumo”.

PEDIDO DE FALÊNCIA COM BASE EM NOTA PROMISSÓRIA EMITIDA EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE *FACTORING*. POSSIBILIDADE

No REsp nº 330.014/SP, rel. Min. Menezes Direito, a Terceira Turma do STJ reconheceu a possibilidade de pedido de falência, pois, conquanto seja

*“(...) evidente que na faturização a relação jurídica, em tese, estaria esgotada quando a empresa de **factoring** compra os títulos e ganha por isso uma determinada remuneração, assumindo os riscos pelo recebimento dos mesmos. Mas, pode ocorrer que o próprio cedente seja o responsável pela impossibilidade do agir da empresa de **factoring**, assim, por exemplo, quando aceita a devolução da mercadoria objeto do título negociado com a empresa de **factoring**, tornando-o inexistente”.*

No caso, o tribunal de origem havia constatado existir demonstração satisfatória da causa da criação da cártula, qual seja, a recompra do valor das mercadorias restituí-

das, em suporte ao título que lastreou o pedido de falência, não tendo a ré, ademais, provado que a nota promissória foi emitida em branco.

Do mesmo modo, no REsp nº 419.718/SP, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, decidiu a Terceira Turma do STJ:

*“- Nota promissória emitida para o resgate de duplicatas frias objeto de factoring. Tal promissória é título hábil para instruir pedido de falência.
- É lícita a recompra de títulos ‘frios’ transferidos em operação de factoring”.*

Exceções pessoais do devedor. Oponibilidade à faturizadora. Direito de regresso.

No REsp nº 992.421/RS, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, rel. p/ acórdão Min. João Otávio de Noronha, ficou assentado que “o contrato de *factoring* convencional é aquele que encerra a seguinte operação: a empresa-cliente transfere, mediante uma venda cujo pagamento dá-se à vista, para a empresa especializada em fomento mercantil, os créditos derivados do exercício da sua atividade empresarial na relação comercial com a sua própria clientela – os sacados, que são os devedores na transação mercantil. Nada obstante os títulos vendidos serem endossados à compradora, não há por que falar em direito de regresso contra o cedente em razão do seguinte: (a) a transferência do título é definitiva, uma vez que feita sob o lastro da compra e venda de bem imobiliário, exonerando-se o endossante/cedente de responder pela satisfação do crédito; e (b) o risco assumido pelo faturizador é inerente à atividade por ele desenvolvida, ressalvada a hipótese de ajustes diversos no contrato firmado entre as partes”.

O voto-condutor ressalva que seria possível cogitar, diante da falta de disciplina legal do *factoring*, de cláusula que obrigue o endossante a garantir o pagamento do título, mas tal questão atrairia a análise de outras, tais como a responsabilidade ser solidária ou subsidiária, não suscitada nos autos.

Já no REsp nº 629.421/MG, rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, a Quarta Turma do STJ decidiu que as exceções pessoais originariamente oponíveis à faturizada passaram a ser oponíveis à faturizadora em vista de cessão de crédito, cujo instrumento vincula expressamente as notas promissórias a compromisso de compra e venda de imóvel, que foi rescindido por culpa do faturizado, como se vê da ementa:

“1. A celebração de contrato de *factoring* dá origem a duas relações, a saber: (i) faturizadora (cessionária) e faturizado (cedente) e (ii) faturizadora, como nova credora, que assume os mesmos direitos e obrigações do cedente/sub-rogante, e devedor originário, o qual permanece com os mesmos direitos e obrigações, agora perante a faturizadora.

2. Cedidas mediante *factoring* (‘Termo de Particular de Cessão de Crédito’) as notas promissórias emitidas em garantia de ‘Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel’ e sub-rogados todos os direitos e obrigações contratuais, as exceções pessoais originariamente oponíveis pelos compradores/devedores ao vendedor/faturizado passam a ser oponíveis à faturizadora, nova credora.

3. No caso concreto, verificada na instância ordinária, com base nas provas dos autos, a inviabilização do cumprimento do 'Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel' por culpa do vendedor originário (faturizado), não havendo mais como entregar o imóvel aos compradores/devedores, cabe (i) rescindir o referido contrato, (ii) desconstituir as respectivas notas promissórias dadas em garantia, e (iii) impedir que os efeitos obrigacionais do 'Termo Particular de Cessão de Crédito' (factoring) atinjam os compradores/devedores.

4. Observando-se a necessidade de que tudo volte ao status quo ante, cabe à faturizadora restituir aos compradores/devedores, autores desta ação, as importâncias que recebeu após a cessão das notas promissórias dadas em garantia ao 'Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Imóvel'.

4. Recurso especial desprovido”.

Em seu voto, o relator citou precedentes quanto à oponibilidade das exceções pessoais à faturizadora: REsp nº 151.322/RS, rel. Min. Ari Pargendler; REsp nº 469.051/RS, rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar; REsp nº 434.433/MG, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, e AgRg no Ag nº 1.115.325/RS, rel. Min. Maria Isabel Gallotti.

No REsp nº 1.289.995/PE, rel. Min. Luis Felipe Salomão, reafirmou-se que a faturizadora não tem direito de regresso contra a faturizada por se tratar de risco inerente ao contrato de fomento mercantil. Conquanto a faturizada não responda pela solvência do título, em se tratando de cessão de crédito *pro soluto*, responde pela existência do crédito, como se observa da seguinte ementa:

“DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. CONTRATO DE FACTORING. CESSÃO DE CRÉDITO PRO SOLUTO. ARTS. 295 E 296 DO CÓDIGO CIVIL. GARANTIA DA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO CEDIDO. DIREITO DE REGRESSO DA FACTORING RECONHECIDO.

1. Em regra, a empresa de factoring não tem direito de regresso contra a faturizada - com base no inadimplemento dos títulos transferidos -, haja vista que esse risco é da essência do contrato de factoring. Essa impossibilidade de regresso decorre do fato de que a faturizada não garante a solvência do título, o qual, muito pelo contrário, é garantido exatamente pela empresa de factoring.

2. Essa característica, todavia, não afasta a responsabilidade da cedente em relação à existência do crédito, pois tal garantia é própria da cessão de crédito comum - pro soluto. É por isso que a doutrina, de forma unânime, afirma que no contrato de factoring e na cessão de crédito ordinária, a faturizada/cedente não garante a solvência do crédito, mas a sua existência sim. Nesse passo, o direito de regresso da factoring contra a faturizada deve ser reconhecido quando estiver em questão não um mero inadimplemento, mas a própria existência do crédito.

3. No caso, da moldura fática incontroversa nos autos, fica claro que as duplicatas que ensejaram o processo executivo são desprovidas de causa –

‘frias’ –, e tal circunstância consubstancia vício de existência dos créditos cedidos - e não mero inadimplemento -, o que gera a responsabilidade regressiva da cedente perante a cessionária.

4. Recurso especial provido.”

O relator realça que a doutrina é praticamente unânime no sentido de que a empresa de *factoring* não tem direito de regresso contra faturizada, pois o risco é da essência desse contrato, sendo essa a principal diferença entre o *factoring* e o desconto bancário. E prossegue:

“Com efeito, a impossibilidade de regresso em contrato de fomento mercantil decorre do fato de que a faturizada não garante a solvência do título, o qual, muito pelo contrário, é garantido exatamente pela empresa de *factoring*.

De fato, com a compra dos títulos, encerra-se a relação jurídica existente entre os contratantes concretamente no tocante ao adimplemento do crédito transferido. Opera-se, nesse caso, uma cessão de crédito pro soluto, mostrando-se imprópria e contrária à natureza do pacto a inserção de cláusula pro solvendo, mediante a qual seria mantida a relação originária quanto ao adimplemento do crédito cedido, passando a ser garantidora a faturizada, o que autorizaria a ação regressiva.

Tal circunstância, todavia, não tem o alcance de afastar toda e qualquer responsabilidade da cedente em relação à existência do crédito, haja vista que tal garantia é própria da cessão de crédito comum - pro soluto.

É por isso que a doutrina, de forma uníssona, afirma que no contrato de *factoring* e na cessão de crédito ordinária a faturizada/cedente não garante a solvência do crédito, mas a sua existência sim.

A título de exemplo, a faturizada não se responsabilizaria perante o faturizador pelo pagamento de duplicata sacada regularmente, na hipótese de inadimplemento do sacado. Obrigar-se-ia, porém, por duplicata fria, sacada fraudulentamente, sem causa legítima subjacente.

Cuida-se, na verdade, de expressa disposição legal, nos termos do que dispõem os arts. 295 e 296 do Código Civil de 2002:

Art. 295. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.

Art. 296. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.

(...)

Deveras, parece claro que a própria higidez do negócio jurídico depende da existência de crédito, porquanto não se pode vender, por exemplo, um crédito que pereceu ou que nunca existiu, ou que não pertence ao vendedor ou mesmo um crédito forjado por expedientes fraudulentos.

Nesse passo, o direito de regresso da factoring contra a faturizada deve ser garantido quando estiver em questão não um mero inadimplemento, mas a própria existência do crédito.

Na verdade, penso que não reconhecer tal responsabilidade quando o cedente vende crédito inexistente ou ilegítimo representa compactuar com a fraude e a má-fé”.

No mesmo sentido, pode-se lembrar o REsp nº 949.360/RN e o AgRg no REsp nº 1.361.311/MG, ambos de relatoria do Min. Antonio Carlos Ferreira, bem como o REsp nº 1.439.749/RS, rel. Min. João Otávio de Noronha, no qual se reafirmou que

“(...) no contrato de factoring, em que há profundo envolvimento entre faturizada e faturizadora e amplo conhecimento sobre a situação jurídica dos créditos objeto de negociação, a transferência desses créditos não se opera por simples endosso, mas por cessão de crédito, hipótese que se subordina à disciplina do art. 294 do Código Civil. A faturizadora, a quem as duplicatas aceitas foram endossadas por força do contrato de cessão de crédito, não ocupa a posição de terceiro de boa-fé imune às exceções pessoais dos devedores das cartas”.

Vale também citar o AgRg no REsp nº 1.477.400/ES, rel. Min. Moura Ribeiro, no qual se registrou que, “em se tratando de cessão de título de crédito mediante *factoring*, as exceções pessoais originalmente oponíveis pelo devedor ao faturizado passam a ser oponíveis à faturizadora, nova credora”.

RESPONSABILIDADE DO ESCRITÓRIO DE *FACTORING* PELO APONTAMENTO EM ÓRGÃO DOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO

O REsp nº 1.236.701/MG, rel. Min. Luis Felipe Salomão, pode ser um ponto de inflexão na jurisprudência, já que aponta para um novo entendimento, segundo o qual o endosso é aplicável ao *factoring*, não sendo possível restringir os direitos assegurados pelo direito cambiário.

Fundando-se na doutrina de Rubens Requião, que acentua ser do mais relevante interesse social assegurar ampla circulação aos títulos de crédito, com a adequada proteção dos terceiros de boa-fé por meio da inoponibilidade das exceções fundadas no direito pessoal, o voto-condutor relembra os princípios do direito cambiário e ressalta que o cheque endossado – exceto quando contenha a cláusula “não à ordem”, hipótese em que o título somente se transfere pela forma da cessão de crédito – confere, em benefício do endossatário, os efeitos da cessão de crédito, sem dever, contudo, observar a forma necessária à cessão de crédito, disciplinada no Código Civil.

Após afastar a aplicação do art. 290 do Código Civil, que havia sido invocado pelas instâncias de origem para negar os efeitos de cessão de crédito do endosso do cheque “à ordem”, o relator passa a examinar se é cabível a responsabilização da empresa

de *factoring* pela negativação do nome da recorrida em vista da devolução do cheque, pelo banco sacado, por falta de fundos. Citando decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal na ACO nº 1.048 QO, rel. Min. Celso de Mello, segundo a qual o princípio da reserva de lei atua como limitação constitucional ao poder do Estado, inclusive em sua função jurisdicional, que não pode restringir ou criar direitos sob pena de invadir domínio reservado à lei em sentido formal, procura demonstrar que a atividade de fomento mercantil envolve a compra e venda de créditos por preço ajustado entre as partes e que a alienação desses direitos creditórios representados por títulos de crédito se dá mediante endosso.

O voto-condutor invoca, ainda, precedente da Primeira Seção do STJ, no REsp nº 1.236.002/ES, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, no qual se firmou o entendimento de que as empresas de *factoring* não precisam ser registradas em conselhos regionais de administração, por desenvolverem atividades de natureza eminentemente mercantil que não abrangem necessariamente gestões estratégicas, técnicas e programas de execução voltados a um objetivo e ao desenvolvimento da empresa, mas à aquisição de crédito a prazo, o que nem sequer responsabiliza a empresa-cliente (solidária ou subsidiariamente) pela solvabilidade dos efetivos devedores dos créditos vendidos.

Consoante o relator, não se pode exigir, sem base legal, que a empresa de *factoring*, endossatária de cheque “à ordem”, deva se acautelar mediante notificação a emitente ou pesquisa acerca de ação judicial, mesmo tendo adquirido o crédito por meio de endosso, pois isso implicaria restrição de direitos assegurados em lei, em violação de regras, institutos e princípios do direito cambiário e até mesmo de direitos fundamentais.

Com esses fundamentos, foi provido o recurso especial para julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais ajuizado contra empresa de *factoring*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prevalecer o novo entendimento manifestado pela Quarta Turma do STJ no REsp nº 1.236.701/MG, haverá profunda transformação na jurisprudência que conforma o *factoring* no Brasil. Segundo o entendimento dominante, a utilização de endosso não desnatura o *factoring*, mas as transferências de títulos são tratadas como cessões de crédito em vista dos elementos essenciais do contrato de fomento mercantil e da unicidade da relação entre faturizador e faturizada. O preço cobrado por aquele, que pode selecionar os créditos que adquire, deve refletir o risco de inadimplemento. Daí porque não se admite o direito de regresso, que desfiguraria o *factoring*, transformando-o em desconto ou mútuo. A ser assim, inexistindo qualquer serviço essencial à caracterização do *factoring*, o valor cobrado, confundindo-se com juros, não poderia exceder os juros legalmente permitidos a entes não integrantes do sistema financeiro nacional.